



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
VARA DO TRABALHO DE NOVA ESPERANÇA
Praça Prefeito Pedro Zanusso, 236 – Centro – Nova Esperança
(44) 3209-8900 e-mail: vdto1nea@trt9.jus.br

O Doutor **LUZIVALDO LUIZ FERREIRA**, Juiz Titular da Vara do Trabalho de Nova Esperança, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, FAZ SABER que, para a realização do 1º leilão designo o dia **17 DE JUNHO DE 2026, a partir das 10h00min**, por lance igual ou superior ao da avaliação, que será realizado na modalidade ONLINE; e o 2º leilão dia **17 DE JUNHO DE 2026, a partir das 14h00min**, pelo maior lance, não sendo aceito lance vil, que será realizado somente na modalidade ONLINE junto ao site www.jeleiloes.com.br, mediante cadastro prévio e envio de documentação em até 24 horas antes do Leilão no site www.jeleiloes.com.br, não sendo aceito lances por e-mail. Havendo lance nos três minutos antecedentes ao fechamento do pregão, este será prorrogado em mais três minutos para oportunizar aos interessados a oferta de novos lances, pelo Leiloeiro Oficial Sr. JORGE VITORIO ESPOLADOR, será realizado o LEILÃO dos bens penhorados nos processos que se relacionam abaixo:

04. PROCESSO: 0000505-40.2015.5.09.0567 (PJe) - Rito Ordinário.

EXEQUENTE: ADAILTON ROMAGNA MARCELINO (CNPJ/MF SOB Nº 673.897.919-34)

ADV. EXEQUENTE: TIAGO AZNAR MENDES – OAB/PR 50.356

EXECUTADO(01): FERREIRA E FRANCA SERVICOS DE CARGA E DESCARGA LTDA - (CNPJ/MF SOB Nº 18.336.563/0001-10)

EXECUTADO(02): APARECIDO FERREIRA DE SOUZA - (CNPJ/MF SOB Nº 480.673.181-15)

EXECUTADO(03): CREZIO FRANCA SANTOS - (CNPJ/MF SOB Nº 000.404.311-18)

BEM: Lote de Terras sob nº 28 (vinte e oito), da quadra nº 10 (dez) do Loteamento denominado Praia da Urca, em Campo Grande/MS, com área total de 200,00 metros quadrados, com as divisas e confrontações constantes da matrícula nº. **31.192** do CRI Campo Grande/MS da 3ª Circunscrição, Cartório do 5º ofício. Benfeitoria: Casa unir residencial situada na Rua Zilca Pimentel Paiva, n. 181, parcelamento Praia da Urca, Bairro Monte Castelo, em alvenaria, com 01 pavimento, com área total construída de 120,29m².

AVALIAÇÃO: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), conforme auto de avaliação ID 4efb10e, realizada em 12 de novembro de 2025.

DATA DA PENHORA: 12 de novembro de 2025.

ÔNUS: Av07/31.192 – Protocolo nº 163.738 – Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 00031179720168160072, junto a Vara Cível de Colorado; Av09/31.192 – Protocolo nº 165.339 – Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0000679-49.2015.5.09.0567, junto a Vara do Trabalho de Nova Esperança; Av010/31.192 – Protocolo nº 167.170 – Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0003118-82.2016.8.16.0072, junto a Vara Cível de Colorado; Av11/31.192 – Protocolo nº 192.269 – Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0000679-49.2015.5.09.0567, junto a Vara do Trabalho de Nova Esperança; R14/31.192 – Protocolo nº 197.137 – Penhora referente aos autos nº 0000679-49.2015.5.09.0567, credor Eunice Souza de Jesus Pelais, junto a Vara do Trabalho de Nova Esperança; Av15/31.192 – Protocolo nº 209.597 – Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0000122-97.2017.5.09.0662, junto a 4ª Vara do Trabalho de Maringá; Av16/31.192 – Protocolo nº 226.013 – Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0000505-40.2015.5.09.0567, junto a Vara do Trabalho de Nova Esperança; Av17/31.192 – Protocolo nº 226.001 – Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0000021-54.2017.5.09.0567, junto a Vara do Trabalho de Nova Esperança; Av18/31.192 – Protocolo nº 226.441 – Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0000014-48.2017.8.16.0072, junto a Vara Cível de Colorado; Av19/31.192 – Protocolo nº 233.145 – Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0000505-40.2015.5.09.0567, junto a Vara do Trabalho de Nova Esperança; R20/31.192 – Protocolo nº 238.998 – Penhora referente aos autos nº 0025612-57.2025.5.24.0005, credor Adailton Romagna Marcelino, junto a 5ª Vara do Trabalho de Campo Grande, conforme

matrícula imobiliária. Eventuais outros constantes da matrícula imobiliária após a expedição do respectivo Edital.

Observação: Em caso de copropriedade, a verificação do preço vil se dará somente sobre a cota parte do devedor (50%), pois o coproprietário ou cônjuge alheio, tem direito ao recebimento da integralidade da parte que lhe couber, conforme artigo 843, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil.

CONDIÇÕES e REGRAS GERAIS DO LEILÃO, deste Edital: Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontrarem; nos imóveis à venda é "ad-corporis"; no ato da compra, o arrematante declara estar ciente e de acordo que os bens são vendidos no estado de conservação que se encontram; declara também, irrevogavelmente e irretroatamente, ter vistoriado os bens, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções; em caso de dúvida não deverá comprar; as imagens no site e informes publicitários são de caráter secundário e efeito estritamente ilustrativo.

Os honorários dos Leiloeiros, que serão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, e despesas respectivas, serão suportados pelo arrematante; em caso de adjudicação, a comissão será paga pelo credor/adjudicatário no percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação.

Havendo remissão (art. 826 do CPC/15) ou formalização de acordo, caberá à parte executada o pagamento de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a título de despesas do leiloeiro, salvo se protocolada a petição, acompanhada dos comprovantes de pagamento das custas e demais despesas processuais, até o dia **11 de Junho de 2026**.

Na hipótese do imóvel haver coproprietário(s) e tenha determinação de sua venda de modo integral, deverão ser observados os critérios definidos no art. 843 do CPC/2015, especialmente no disposto no seu parágrafo 2º, não devendo ser aceito lance inferior ao da avaliação na quota parte de propriedade dos coproprietários.

Em casos de pagamento do débito ou formalização de acordo, o leilão somente será suspenso mediante comprovação do pagamento de TODAS as despesas processuais, recolhimento das contribuições previdenciárias e fiscais, se houver. Em assim não ocorrendo, haverá o leilão para a satisfação destes débitos.

Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.

O prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios, começará a fluir após a assinatura do auto de arrematação.

Conforme provimento do TRT9, "Art. 281. A critério do Juízo da execução, o preço da arrematação poderá ser parcelado, observadas, como máximas, as condições do art. 895, § 1º, do CPC. Parágrafo único. O parcelamento será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Art. 282. O pagamento do sinal e das parcelas será realizado mediante depósito em conta judicial, vinculada à execução, sendo de responsabilidade do arrematante a expedição das guias respectivas. Art. 283. Na hipótese de mora ou inadimplemento das parcelas, aplicar-se-á o disposto no artigo 895, §§ 4º e 5º, do CPC." Consigne-se que poderá haver arrematação em pagamento parcelado, observando o imediato depósito do sinal de, no mínimo 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, para bens imóveis.

PUBLIQUE o edital de hasta pública e dele faça constar todos os ônus que incidem sobre o(s) bem(ns) para os efeitos do artigo 886, VI, do Código de Processo Civil/15, especialmente no que respeita às dívidas de

IPTU, CONDOMÍNIO, IPVA, licenciamento, ressaltando-se que os créditos decorrentes de obrigações de natureza sub-rogam-propter rem se ao produto da arrematação nos termos do art. 908, § 1º, do CPC."

Tratando-se de bens imóveis, deverá ser expedido ofício aos Juízos em que tramitam os processos com averbação de penhora na respectiva matrícula em razão da previsão do art. 908 do CPC c/c art. 797 do CPC, informando-se acerca da designação de leilão.

Em sendo negativa a intimação pessoal dirigida a quaisquer das partes, o edital a ser publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná suprirá o ato negativo.

Dado e passado na Vara do Trabalho de Nova Esperança, aos 12 de maio de 2026. Eu,
_____ ORLANDO MASSAKI YAGUTI, Diretor de Secretaria, subscrevi.

LUZIVALDO LUIZ FERREIRA
Juiz Titular de Vara do Trabalho